



BR PARTNERS

BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais do BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco") relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Destacamos os seguintes fatos no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

Contexto econômico

O exercício fiscal foi marcado pela consolidação do processo de desinflação global e pela manutenção de posturas cautelosas por parte dos principais bancos centrais, em um ambiente de crescimento econômico moderado. Nos Estados Unidos, indicadores de inflação e atividade reforçaram a expectativa de continuidade do ciclo de flexibilização monetária de forma gradual, enquanto a Europa seguiu em compasso de espera diante de uma inflação ainda acima da meta e atividade fraca. No Brasil, a inflação encerrou o ano dentro do intervalo de tolerância, com a política monetária permanecendo restritiva ao longo do trimestre. A China continuou enfrentando desafios relacionados à demanda doméstica e ao setor imobiliário, sustentando uma estratégia de estímulos graduais. Nos mercados, o período foi caracterizado por ajustes nas curvas de juros, dólar relativamente estável e desempenho misto dos ativos de risco, refletindo a combinação de desinflação, crescimento contido e incertezas externas.

No Brasil, consolidou-se um cenário de inflação mais benigna, refletindo a desaceleração de componentes cíclicos e a dissipação de choques pontuais observados ao longo do ano. O IPCA encerrou 2025 dentro da faixa de tolerância da meta, reforçando a leitura de avanço no processo de convergência inflacionária, ainda que núcleos de serviços sigam acima do nível compatível com o centro da meta no horizonte relevante. A atividade econômica apresentou sinais de moderação no início do semestre, em linha com os efeitos defasados da política monetária restritiva, após um desempenho mais robusto observado ao longo do primeiro semestre. Apesar da desaceleração, o mercado de trabalho manteve-se relativamente resiliente, com a taxa de desemprego em níveis historicamente baixos, ainda que o ritmo de criação de vagas tenha perdido fôlego no fim do ano, moderando o crescimento da renda e do consumo das famílias. No campo fiscal, o resultado primário do governo central encerrou o ano em déficit, refletindo o aumento de despesas obrigatórias e a dependência de receitas extraordinárias ao longo de 2025. O debate fiscal permaneceu no centro das atenções, com o mercado monitorando a capacidade de consolidação do arcabouço fiscal e seus impactos sobre as expectativas de médio prazo. A política monetária permaneceu inalterada

ao longo do semestre, com a taxa Selic mantida em 15,0% a.a., e a comunicação do Banco Central reforçando a necessidade de cautela e de confirmação adicional da convergência inflacionária antes do início de um ciclo de flexibilização, amplamente discutido para o início de 2026.

Na Europa, o período foi marcado pela continuidade de um crescimento econômico modesto e pela desaceleração gradual da inflação. A acomodação dos preços de energia e alimentos contribuiu para a redução das taxas de inflação, embora a inflação de serviços tenha permanecido relativamente elevada, exigindo prudência por parte das autoridades monetárias. O Banco Central Europeu manteve a política monetária inalterada ao longo do semestre, reforçando a dependência de dados e a necessidade de observar a evolução dos salários e das expectativas de inflação antes de qualquer ajuste relevante. A atividade econômica da zona do euro seguiu apresentando desempenho heterogêneo entre os países, com recuperação gradual da demanda interna em algumas economias e fragilidade persistente na indústria, especialmente nos setores mais expostos ao comércio internacional. O bloco permaneceu vulnerável a choques externos, em especial às incertezas relacionadas ao comércio global e às tensões geopolíticas. Nos Estados Unidos, os indicadores divulgados ao longo do semestre apontaram para uma desaceleração mais clara da inflação e da atividade econômica. A inflação ao consumidor recuou de forma mais consistente no fim do ano, com alívio também nos núcleos de preços, reforçando a percepção de que o processo desinflacionário ganhou tração. O mercado de trabalho apresentou sinais de moderação, com menor criação líquida de vagas e indicadores antecedentes sugerindo arrefecimento da demanda por trabalho, embora o nível de emprego tenha permanecido elevado em termos históricos. Nesse contexto, o Federal Reserve manteve uma postura cautelosa, sinalizando que a condução da política monetária seguirá dependente da evolução dos dados, com expectativa de continuidade do processo de flexibilização de forma gradual ao longo de 2026. A curva de juros refletiu esse cenário, com ajustes ao longo do semestre em resposta às leituras de inflação e atividade.

A China encerrou o semestre de 2025 ainda enfrentando desafios relevantes relacionados à demanda doméstica e ao setor imobiliário. As autoridades mantiveram uma estratégia de estímulos graduais e direcionados, buscando sustentar o crescimento sem comprometer a estabilidade financeira. A inflação ao produtor permaneceu em território negativo, refletindo excesso de capacidade e demanda contida em diversos segmentos industriais, enquanto a inflação ao consumidor apresentou variações moderadas, indicando que as pressões deflacionárias seguem concentradas na cadeia produtiva. O crescimento econômico manteve-se em ritmo moderado no fim do ano,

em linha com a meta oficial, embora com sinais de desaceleração marginal em relação aos períodos anteriores, reforçando a necessidade de continuidade das políticas de suporte à atividade, especialmente voltadas ao consumo doméstico e à estabilização do mercado imobiliário.

Desempenho dos negócios

A área de Mercado de Capitais apresentou um volume distribuído de R\$ 9,8 bilhões, por meio de 39 operações de dívida. No semestre, a área manteve um forte ritmo de atuação, aproveitando a contínua demanda dos emissores por instrumentos de dívida e o maior apetite dos investidores de renda fixa pelo mercado primário. Nesse período, foram emitidos mais de R\$ 4,7 bilhões e estruturadas 23 operações de dívida, entre CRLs, Debêntures, CCBs, CRAs, FIs e FIDCs.

A área de tesouraria para clientes (*Treasury Sales & Structuring*) encontrou boas oportunidades de negócios ao longo de 2025, fruto da diversificação de suas fontes de receita por meio da oferta de novos produtos aos clientes, bem como da forte atividade do mercado primário de dívida, que impulsionou o negócio de derivativos e produtos estruturados. No ano de 2025, a área estruturou mais de R\$37 bilhões em derivativos e câmbio. No período, observou-se volatilidade na geração de receitas, explicada principalmente pelas condições macroeconômicas e pela sazonalidade típica de fechamento de ano. Ainda assim, o volume negociado de derivativos e câmbio no per semestre atingiu valor superior a R\$ 15,4 bilhões.

A área de *Wealth Management* continuou com o seu crescimento e plano de expansão ao longo de 2025, com a prospecção e integração de grandes clientes. Ao final de dezembro de 2025, o *Wealth Under Advisory* atingiu R\$ 5,9 bilhões, um crescimento de 14,7% em relação ao final de dezembro de 2024.

Desempenho financeiro

O total de ativos do Banco fechou o segundo semestre de 2025 em R\$16,5 bilhões e o patrimônio líquido com R\$590,8 milhões. O resultado de intermediação financeira, no segundo semestre de 2025, alcançou R\$75 milhões e R\$155,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O Banco obteve um lucro de R\$6,5 milhões no segundo semestre de 2025 e R\$27,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

O Banco não tem política formal de reinvestimento por parte de seus acionistas e todos os reinvestimentos até aqui verificados foram deliberados pelos acionistas em sede de AGO/AGE. A distribuição de dividendos ocorre de acordo com o previsto no Estatuto Social do Banco, conforme deliberações dos acionistas em sede de AGO/AGE.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Saldo em 31/12/2025	Passivo	Nota	Saldo em 31/12/2025
Disponibilidades	7	1.591	Passivos financeiros ao custo amortizado	13b	15.338.370
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		12.732.619	- Recursos de clientes		1.695.795
- Títulos e valores mobiliários	8a, b	11.731.714	- Recursos de operações compromissadas		9.938.917
- Instrumentos financeiros derivativos	9a	1.000.905	- Recursos de aceites e emissão de títulos		3.703.658
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8a, c	3.372.332	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		393.363
- Títulos e valores mobiliários		3.386.644	- Obrigações por empréstimos de instrumentos financeiros	13a	33.281
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	11a, b	(14.312)	- Instrumentos financeiros derivativos	9a	360.082
Ativos financeiros ao custo amortizado		198.066	Provisões		26.576
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	7, 8a	15.385	- Fiscais e previdenciárias	14a	9.731
- Operações de crédito e outros créditos	10a	200.052	- Outros	14b	16.845
- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	11a, b	(17.371)	Passivo fiscal diferido	15b	134.280
Outros ativos	12	71.519	Total do passivo		15.892.589
Ativos fiscais diferidos	15b, c	88.010	Patrimônio líquido		
Imobilizado		11.507	Capital social	16a	590.591
Intangível		7.783	Reservas de lucros		11.092
Total do ativo		16.483.427	Outros resultados abrangentes		(10.845)
			Total do patrimônio líquido		590.838
			Total do passivo e patrimônio líquido		16.483.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial	Outros resultados Abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	590.591	9.905	85.130	(9.320)	—	676.306
Ajustes iniciais na adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23	—	—	—	—	(4.020)	(4.020)
Saldos em 01 de janeiro de 2025	590.591	9.905	85.130	(9.320)	(4.020)	672.286
Variação de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	—	—	—	(1.525)	(1.525)	(1.525)
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	27.764	27.764
Destinação do lucro líquido	—	—	—	—	—	—
- Constituição de reservas	—	1.187	—	—	(1.187)	—
- Dividendos pagos em 2025	—	—	(85.130)	—	(22.557)	(107.687)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	590.591	11.092	—	(10.845)	—	590.838
Saldos em 30 de junho de 2025	590.591	10.769	99.204	(6.880)	—	693.684
Variação de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	—	—	—	(3.965)	—	(3.965)
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	6.470	6.470
Destinação do lucro líquido	—	—	—	—	—	—
- Constituição de reservas	—	323	(16.410)	—	16.087	—
- Dividendos pagos em 2025	—	—	(82.794)	—	(22.557)	(105.351)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	590.591	11.092	—	(10.845)	—	590.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA O EXERCÍCIO E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2025	Saldo em 31/12/2025		2º semestre de 2025	Saldo em 31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais	(247.550)	(494.480)
Lucro líquido do semestre/exercício	6.470	27.764	Atividades de investimento		
Ajustes para:			Aquisição de imobilizado	(305)	(1.174)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes a caixa	(18.603)	(22.460)	Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimentos	(305)	(1.174)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.339)	16.108	Atividades de financiamento		
Provisão/atualização para contingências	(326)	(641)	Emissão de letras financeiras subordinadas	70.200	194.400
Despesas de depreciação e amortização	2.884	5.785	Pagamento de juros de letras financeiras subordinadas	(38.669)	(42.568)
Impostos diferidos	7.281	14.872	Pagamento de dividendos	(105.351)	(107.687)
Despesas com juros de letras financeiras subordinadas	46.083	94.804	Fluxo de caixa líquido gerado das/(utilizado nas) atividades de financiamento	(73.820)	44.145
Resultado na baixa de ativo imobilizado	—	10	(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(321.675)	(451.509)
Lucro líquido ajustado	41.450	136.242	Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	320.048	446.025
Variações de ativos e passivos operacionais			Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes a caixa	18.603	22.460
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(2.276.249)	(3.488.669)	Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	16.976	16.976
(Aumento)/redução em instrumentos financeiros derivativos	(221.364)	95.685	(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(321.675)	(451.509)
Redução em operações de crédito	229.899	263.887	Informações suplementares dos fluxos de caixa operacionais		
(Aumento)/redução em outros ativos	110.000	(35.697)	Juros recebidos	1.011.585	1.380.907
(Redução) em recursos de clientes	(598.918)	(957.979)	Juros pagos	(1.027.377)	(1.357.102)
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos	1.167.058	1.615.464			
Aumento em recursos de operações compromissadas	1.303.704	1.882.709			
(Redução) em provisões	1.671	(1.181)			
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.801)	(4.941)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O BR Partners Banco de Investimento S.A. ("Banco"), tem por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento e câmbio. O Banco é constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sendo controlado diretamente pela BR Partners Participações Financeiras Ltda. e indiretamente pela BRBI BR Partners S.A. (anteriormente denominada "BR Advisory Partners Participações S.A.") e pela BR Partners Holdco Participações S.A.. As operações são conduzidas no conjunto das empresas integrantes do Grupo BR Partners. A matriz do Banco está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN). A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela diretoria em 27 de fevereiro de 2026.

3. Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Banco atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco e, também, a sua moeda de apresentação.

b. Conversão de moedas estrangeiras

A Resolução CMN nº 4.924/2021, facultou a utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional. As receitas e as despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal e reconhecida no resultado.

4. Mudança nas principais políticas contábeis

O Conselho Monetário Nacional, através da Resolução CMN nº 4.966, publicado em 25 de novembro de 2021, um novo arcabouço contábil aplicável aos instrumentos financeiros, com vigência a partir de 1 de janeiro de 2025. Neste contexto, foram emitidas outras normas complementares, tais como a Resolução BCB nº 352/23 do Banco Central do Brasil, que estabelece parâmetros e pisos

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO

FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	2º semestre de 2025	Saldo em 31/12/2025
Receitas da intermediação financeira		759.859	1.738.039
- Operações de crédito e outros créditos		27.459	70.278
- Resultado com títulos e valores mobiliários		732.400	1.667.761
Despesas da intermediação financeira		(684.825)	(1.582.761)
- Operações de captação no mercado		(1.043.298)	(1.866.824)
- Resultado com instrumentos financeiros derivativos	9e	356.135	292.595
- (Provisão) para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		2.338	(8.532)
Resultado bruto da intermediação financeira		75.034	155.278
Outras receitas/(despesas) operacionais		(63.790)	(107.231)
- Receitas de prestação de serviços	18a	24.414	74.909
- Despesas de pessoal	18b	(36.139)	(79.297)
- Despesas administrativas	18c	(59.117)	(103.800)
- Despesas tributárias	18d	(8.545)	(19.929)
- Outras receitas operacionais	18e	21.483	31.934
- Outras despesas operacionais	18f	(5.886)	(11.048)
Resultado operacional		11.244	48.047
- Resultado não operacional		429	628
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		11.673	48.675
Tributos sobre o lucro		(4.094)	(19.409)
- Imposto de renda diferido	15a	(1.803)	(9.509)
- Contribuição social diferido	15a	(2.291)	(9.900)
- Participações no lucro	18g	(1.109)	(1.502)
Lucro líquido do semestre/exercício		6.470	27.764
Número de ações (em milhares)		590.591	590.591
Lucro por ação – R\$		0,01	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

	2º semestre de 2025	Saldo em 31/12/2025
Lucro líquido do semestre/exercício	6.470	27.764
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(3.965)	(1.525)
Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(7.209)	(2.773)
- Variação de ajuste de avaliação patrimonial de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.244	1.248
- Efeitos tributários	—	—
Resultado abrangente do semestre/exercício	2.505	26.239

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

de provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, classificação de instrumentos financeiros, teste de somente principal e juros, taxa de juros efetiva e outros critérios contábeis a serem observados pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As alterações foram aplicadas de forma prospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1 de janeiro de 2025, exceto para contabilidade de *hedge*, que entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 2027.

Conforme artigo 79 da Resolução BCB nº 352/23, que dispensa as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de apresentar as informações comparativas nas demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício de 2025, o Banco optou por não apresentar as informações comparativas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, objetivando simplificar a transição para novas exigências contábeis e regulatórias.

a. Instrumentos Financeiros

i. Classificação e mensuração de ativos financeiros

O Banco classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensuração pelo valor justo por meio de resultados ("VJR"), valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e custo amortizado ("CA"). A classificação depende da análise realizada no modelo de negócio e o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("SPPJ").

Circular nº 3.068 ⁽¹⁾	Resolução nº 4.966 ⁽²⁾
Negociação	Valor Justo no Resultado (VJR)
	Valor Justo em Outros Resultado Abrangente (VJORA)
Disponível para venda	Custo amortizado (CA)

Mantido até o vencimento

(1) Classificação baseada na avaliação individual de negociar o instrumento financeiro (intenção de negociação), válido até 31 de dezembro de 2024.

(2) Classificação baseada em avaliação do modelo de negócios do Banco e características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros (teste de SPPJ), com aplicação a partir de 01 de janeiro de 2025.

Os requisitos classificação e mensuração dos instrumentos de dívida e de patrimônio estão descritos conforme abaixo:

- Instrumentos financeiros ao custo amortizado (CA)

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

continua ...



BR PARTNERS

BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é obter fluxos de caixa contratuais; e

- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais com apenas pagamentos de principal e juros.

O valor contábil desses ativos é ajustado para qualquer provisão para perda esperada reconhecida e a receita de juros desses ativos financeiros está incluída em "Receitas da intermediação financeira", utilizando o método da taxa de juros efetiva.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreende instrumentos financeiros mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, ativos financeiros com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído para refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio e de dívida (VJORA)

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor, ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos e títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida e de patrimônio são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e

- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado pela combinação de obtenção de fluxos de caixa contratuais e pela venda do instrumento financeiro.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. Já os ganhos e perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio e avaliação de SPPJ

A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo com base nas análises do teste de SPPJ.

O modelo de negócios reflete como o Banco gerencia seus ativos financeiros. Isto é, avalia prospectivamente as perdas esperadas sempre utilizando como critério de provisão os valores/ procedimentos/ metodologias/ dispositivos definidos em nossos manuais internos.

A classificação dos ativos ao custo amortizado refere-se aos ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, sendo que esses fluxos de caixa representam SPPJ, e que não são designados ao valor justo por meio do resultado, são mensurados ao custo amortizado. Essa categoria inclui empréstimos, financiamentos (operações de crédito) e outros recebíveis. Inclui-se também nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários que atendam os critérios desta categoria. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, deduzidos das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e a receita reconhecida por meio da utilização da taxa efetiva de juros. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, inclui os instrumentos de dívida que em função do modelo de negócios tem como objetivo coletar os fluxos de caixa contratuais ou venda e tenham fluxos de caixa contratuais que correspondam exclusivamente aos pagamentos de principal e juros. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados a valor justo, com as variações reconhecidas no patrimônio líquido em uma linha específica de "Outros resultados abrangentes", deduzido dos efeitos tributários, com exceção das perdas esperadas associadas ao risco de crédito e os juros desses ativos, os quais são reconhecidos no resultado. Quando o investimento é alienado, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

Reclassificação de ativos financeiros em 01 de janeiro de 2025

Classificação original de acordo com a Circular 3.068	Nova classificação de acordo com a Res. 4.966	Novo valor contábil de acordo com a Res. 4.966
Negociação	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	23.086
Disponível para venda	Custo amortizado	100.669

Estimativa de valor justo

O Banco classifica o valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

• Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

• Nível 2 – A avaliação utiliza informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

• Nível 3 – A avaliação utiliza informações significativas que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

Taxa de Juros efetiva

As receitas e os encargos de instrumentos financeiros (ativos e passivos) devem ser reconhecidos no resultado, utilizando o método de juros efetivo. Reconhecimento inicial é incorporando os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e deduzindo quaisquer valores recebidos na aquisição ou origemão do instrumento, no caso de ativos financeiros e deduzindo os custos de transação atribuíveis individualmente à operação e incorporando quaisquer valores recebidos na emissão do instrumento, no caso de passivos financeiros. O Banco adota como prática a metodologia padrão para fins de apuração da taxa de juros efetiva, em consonância com o Art. 72 da Resolução BCB nº 352/23.

i. Identificação e avaliação de perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros

Modelo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: A Resolução nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23. exige que o Banco registre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida da operação. Na avaliação do modelo provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco adotou os critérios de *default* e aumento significativo de risco de crédito e levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, as características de risco de crédito das operações, seus segmentos de atuação e dos clientes, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação do Banco. Em função do atual procedimento de gerenciamento de risco e de crédito, o Banco não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras individuais pela alteração do modelo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Para o critério de *default* o Banco adota 90 dias de atraso, quanto ao critério de aumento significativo no nível de risco, o Banco considera o diferencial de dois pontos para cima entre a classificação

inicial de nível de risco da operação e a avaliação de nível de risco atual. Esse diferencial pode ser dado pela avaliação do *rating* do cliente pela Área de Crédito com a posterior aprovação em Comitê de Crédito. O Banco avalia o perfil de risco de cada cliente sempre levando em consideração os seguintes tópicos, entre outros aspectos: i) perfil da empresa, ii) setor de atuação, iii) desempenho macroeconômico, iv) estrutura da operação e suas garantias.

O reconhecimento no resultado de receitas de qualquer ativo financeiro é vedado quando o ativo financeiro passa a ser caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito (ativo problemático), conforme critérios de *default* descrito acima, bem como atrasos superiores a 90 dias.

Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966 e Resolução BCB nº 352 no patrimônio líquido de abertura

Os efeitos decorrentes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/21, líquido dos efeitos tributários, foi de R\$ 4.020, registrado na rubrica de "Lucros Acumulados" em 01 de janeiro de 2025, conforme preconizado no parágrafo único do Art. 70 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024	676.306
Ajuste de provisão para perda esperada em operações de crédito e outras operações com característica de crédito	(6.901)
Ajuste de provisão para perda esperada em outros instrumentos financeiros	(409)
Efeitos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos	3.290
Patrimônio líquido em 1 de janeiro de 2025	672.286

5. Principais políticas contábeis

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, com vencimentos de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b. Instrumentos financeiros

i. Custo amortizado (CA)

O ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituído apenas por pagamentos de principal e juros.

ii. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objeto é gerar retorno pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto a venda.

iii. Valor justo por meio do resultado (VJR)

Utilizada para ativos financeiros que não atendem aos critérios descritos acima.

c. Instrumentos financeiros derivativos e Hedge Accounting Derivativos

Essas operações são registradas e custodiadas na B3 S.A.. A área de gestão de riscos monitora diariamente o enquadramento do Banco aos parâmetros definidos na Política de Riscos. Essa política tem como objetivo estabelecer as tolerâncias do Comitê de Gestão do Banco às exposições ao risco de mercado, definir as técnicas para efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição excessiva ao risco de mercado. O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado com base nos preços de mercado dos seus ativos-objetos ("*mark-to-market (MTM)*"). As informações utilizadas são de fontes oficiais e a metodologia de apuração respeita o que foi aprovado internamente pela Diretoria e área de riscos. As operações atualmente têm como objetivo compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos e são contabilizadas pelo valor justo em contas patrimoniais, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos contratos ou valores referenciais são registrados em contas de compensação.

São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando em conta se sua finalidade é para proteção contra risco ("*hedge*") ou não. As operações que utilizam instrumentos financeiros para *hedge* de carteira, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Hedge Accounting

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para fins de *Hedge Accounting* estão registrados no Banco, classificado como *Hedge* de valor justo, baseado na estratégia de mitigar riscos de taxas de juros das captações, operando com contratos futuros de DAP (cupom de IPCA), como forma de compensar as exposições às variações no valor justo. Os riscos protegidos e os seus limites são definidos em comitê. O Banco determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos esteja em sentidos opostos e nas mesmas proporções. O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Para avaliar a eficácia da estratégia, o Banco adota a metodologia do "*dólar offset method*", que consiste em calcular a diferença entre a variação do valor justo do instrumento de *hedge* versus a variação no valor justo do objeto de *hedge* atribuído às alterações na taxa de juros.

O Banco mantém estrutura de *hedge* de valor justo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme evidenciado na nota explicativa 9f.

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo nas demonstrações financeiras individuais consistem, principalmente, em títulos designados a valor justo por meio do resultado (VJR), incluindo derivativos e títulos designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Baseamos as nossas decisões de julgamento da experiência da Administração e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos. A imprecisão na estimativa de informações de mercado não observáveis pode impactar o valor da receita ou perda registrada para uma determinada posição. Além disso, embora acreditemos que nossos métodos de avaliação sejam apropriados e consistentes com aqueles de outros participantes do mercado, o uso de metodologias ou premissas diferentes para determinar o valor justo de certos instrumentos financeiros pode resultar em uma estimativa de valor justo diferente na data de divulgação.

e. Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito e operações com característica de concessão de crédito são classificadas de acordo com o modelo de negócios e aplicação do teste de somente principal e juros. No tocante à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o Banco adota os pisos de provisão estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23, conforme as classificações das carteiras, a saber:

• Carteira C1 ("C1"):

- Créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e

- Créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento;

• Carteira C2 ("C2"):

- Créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974;

- Créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis;

- Créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança;

- Créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;

- Créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; e

- Créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020;

• Carteira C3 ("C3"):

- Créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis;

- Créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e

- Créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses previstas nas carteiras C1 e C2;

• Carteira C4 ("C4"):

- Créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e

- Operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos; ou

• Carteira C5 ("C5"):

- Operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas na carteira C4 e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais;

- Créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas na carteira C4; e

- Créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nas carteiras de C1 a C4.

Ativos problemáticos e não problemáticos

• Ativo problemático

- Caracteriza-se como instrumento financeiro com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando existir atraso superior a 90 dias no pagamento de principal ou de encargos, devendo ser considerado prazo inferior ao estabelecido na norma, diante de evidência de que, nesse prazo, há redução significativa da capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações nas condições pactuadas.; e/ou

- Indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

• Ativo não problemático

- Ativo financeiro não classificado como problemáticos; e

- Ativo financeiro que deixaram de ser problemáticos após evidenciação de: I – inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos; II – manutenção de pagamento tempestivo de principal e de encargos por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; III – cumprimento das demais obrigações contratuais por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; e IV – evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

Ativos reestruturados e renegociados

• Reestruturação

- Ativo financeiro com renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração.

• Renegociação

- Ativo financeiro com acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro por outro, com liquidação ou refinamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

Baixa de ativos financeiros

- Instrumentos Financeiros com rating interno "D", sem garantias ou colaterais deverão ser baixados a partir de 18 meses após provisionamento atingir 100%, com garantias ou colaterais poderão ser baixados a partir de 24 meses, quando o percentual de provisionamento atingir 100%.

- Os instrumentos baixados que forem renegociados deverão ser alocados, na data de negociação, como ativos com problema de recuperação de crédito e deverão ter provisão para perdas associadas ao risco de crédito igual a 100% do valor do instrumento. Este procedimento também se aplica a instrumentos financeiros utilizados para liquidação ou refinanciamento de instrumentos baixados;

f. Garantias financeiras prestadas

Trata-se de contratos em que o Banco se compromete a honrar pagamentos específicos em nome de um terceiro caso este não o faça (avais e fianças). De acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, as comissões das garantias financeiras antecipadas são reconhecidas como passivo no balanço patrimonial, correspondente ao seu valor presente e, as perdas esperadas associadas ao risco de crédito, são registradas quando o valor da provisão exceder o valor das receitas a apropriar dos prêmios recebidos.

g. Tributos sobre o lucro

i. Tributos correntes

Provisionadas às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada tributo, considerando o objeto social para exercer a atividade financeira durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social	20%
PIS	0,65%
COFINS	4%

A provisão para imposto de renda para instituição financeira é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro tributável.

ii. Tributos diferidos

Os créditos tributários e obrigações fiscais diferidas são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração nas projeções de lucros futuros e determinação da expectativa do tempo de realização, conforme demonstrada na nota 15c.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados conforme segue:

Ativos contingentes: trata-se de um ativo provável que surge de eventos passados e cuja a existência será confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle do Banco. Em 31 de dezembro de 2025, o Banco não registrou ativos contingentes. Passivos contingentes: são constituídos levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Banco provisiona a integralidade do processo, para perda avaliada como possível, apresenta-os em nota explicativa, e para perda avaliada como remoto, não há divulgação nas demonstrações financeiras. Obrigações legais – tributárias e previdenciárias: decorrem de ações judiciais relacionadas a obrigações fiscais, nas quais o objeto contestado é sua legalidade ou constitucionalidade e que, seguem as diretrizes de provisionamento de passivos contingentes.

Os registros de processo judicial no âmbito cível, tributário e trabalhista estão apresentados na nota explicativa 18h.

i. Depósitos e demais instrumentos financeiros

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "*pro-rata*" dia.

j. Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem em transações com partes independentes, considerando-se prazos e taxas médias usuais de mercado e ausência de risco, vigente nas respectivas datas.

continua ...



BR PARTNERS

BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

k. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

I. Resultado recorrente e não recorrente

O resultado não recorrente é o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Banco e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente é aquele correspondente as atividades típicas do Banco e tem previsibilidade de ocorrer com frequência, também nos exercícios futuros (nota 18).

6. Gerenciamento de riscos

No curso normal de suas operações, o Banco está exposto a diversos riscos financeiros, sendo divididos em: mercado, crédito, liquidez e gestão capital. As políticas de gestão de risco do Banco visam definir um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes ao gerenciamento de riscos. Esses riscos contam com uma estrutura de políticas e com os seguintes comitês: Comitê de Risco e Compliance, Comitê de Crédito, Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) e Comitê de Underwriting, observando-se suas responsabilidades e atribuições. Para a efetividade do gerenciamento de risco, a estrutura prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e a correlação entre os riscos. Os limites são monitorados pela área de Gestão de Riscos. A área Gestão de Riscos se reporta diretamente à Diretoria, atuando, portanto, de forma independente das áreas de negócio.

a. Limites operacionais

A Gestão de Capital é exercida pela Administração do Banco e visa assegurar que a análise da suficiência do capital (índice de baseleia) seja feita de maneira independente e técnica, levando em consideração os riscos existentes e os inseridos no planejamento estratégico.

Consolidado (1)

Patrimônio de Referência (PR) – (a)

Nível I

Capital principal

Capital complementar

Nível II

Letras Financeiras Subordinadas Elegíveis a Capital

Exposição total ponderada pelo risco – (b)

Risco de Crédito

Risco de Mercado

Risco Operacional (2)

Índice de Baseleia (3) – (a/b)

Capital de Nível I

Capital de Nível II

(1) As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são: o Banco e os fundos de investimento exclusivos: Total Fundo de Investimento Financeiro – Classe de Investimento Multimercado Crédito Privado – Responsabilidade Limitada e BR Partners Capital.

(2) A Resolução BCB nº 356 de 28 de novembro de 2023, em conjunto com a Instrução Normativa BCB nº 479 de 12 de junho de 2024, estabeleceram uma nova metodologia para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) relativa ao capital requerido para o risco operacional, mediante abordagem padronizada, a partir de 01 de janeiro de 2025. A apuração desta parcela de risco, no qual especifica o capital mínimo necessário para cobrir o risco operacional da instituição financeira, leva em consideração elementos de receitas e despesas, volume de negócios e multiplicador de perdas internas. A nova abordagem proporcionou um aumento de R\$ 320.619 no risco operacional – em comparação com o montante apurado conforme metodologia anterior -, cujo efeito será faseado na proporção de ¼ até 31 de dezembro de 2027, conforme faculdade prevista no Art. 19 da Res. BCB nº 356.

(3) O Banco está sujeito às novas regulamentações introduzidas pela CMN nº 4966/21, do Conselho Monetário Nacional (CMN), e pela Resolução BCB nº 352/23, do Banco Central do Brasil. Essas resoluções introduzem novos conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, os quais devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). As novas resoluções do BACEN, em vigor desde 1º de janeiro de 2025, resultaram em uma redução efetiva de aproximadamente R\$4 milhões no Patrimônio de Referência.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os limites estão enquadrados de acordo com o mínimo requerido pelo Banco Central do Brasil (mínimo requerido 10,5%).

b. Risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas devido às flutuações adversas dos preços, taxas de mercado, ações e mercadorias (“commodities”), sobre as posições da carteira do Banco. Define-se o gerenciamento de risco de mercado como o processo contínuo de identificação, mensuração, avaliação, mitigação, monitoramento e o reporte das exposições decorrentes de posições detidas em câmbio, taxas de juros, ações e mercadorias (“commodities”), com o objetivo de mantê-las dentro dos limites regulatórios e gerenciais que são estabelecidos nos respectivos comitês e reportado à Diretoria. São utilizadas as principais métricas usuais de mercado como: VaR (“Value at Risk”), análise de sensibilidade e Stress Testing. O IRRBB (“Interest Rate Risk of Banking Book”) é definido como o risco de impacto, na forma de movimentos adversos, nos instrumentos que a instituição detenha na carteira banking. Os riscos da carteira banking são apurados e reportados mensalmente através da metodologia Delta NII (Delta Net Interest Income), conforme estabelecido pelo regulador e diariamente é controlado seu limite através das abordagens de valor econômico (“Economic Value of Equity” – EVE), além da análise de sensibilidade, tanto em condições de monitoramento diário quanto sob condições de Stress Testing. A análise de sensibilidade para as operações sujeitas a risco de mercado inicia-se classificando estas operações de acordo com suas características (respectivos fatores de risco), na carteira de não negociação (“Banking”) ou na carteira de negociação (“Trading”). Para a carteira Trading, utiliza-se como metodologia para análise de sensibilidade o choque paralelo nas respectivas curvas de juros (“DV01”), observando-se o comportamento das exposições e os gaps de cada fator de risco. A carteira de não negociação caracteriza-se preponderantemente pelas operações provenientes do negócio bancário e relacionadas à gestão dos ativos (carteira de crédito) e passivos (carteira de captação) do Banco. A carteira Banking utiliza como metodologia para análise de sensibilidade o choque paralelo nas respectivas curvas de juros, observando-se o comportamento das exposições e os gaps de cada fator de risco.

A Política de Risco de Mercado, anualmente revisada, define a estrutura de gerenciamento do risco de mercado. Esta política indica os princípios gerais do gerenciamento do risco de mercado e tem como objetivo estabelecer a tolerância das exposições, de modo à efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição ao risco de mercado.

c. Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A mensuração e o acompanhamento das exposições ao risco de crédito abrangem todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas, eventuais riscos de liquidação das operações, entre outros. A partir de 1º de janeiro de 2025, o banco passou a classificar os instrumentos financeiros a custo amortizado através do conceito de carteiras (C1 até C5), conforme definido na Resolução BCB 352/23.

d. Risco de liquidez

Define-se como risco de liquidez a possibilidade de o Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Adicionalmente, define-se como risco de liquidez a possibilidade de o Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa do Banco dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos da Banco quanto fatores externos. O caixa do Banco é gerenciado de forma centralizada pela área de Tesouraria. O controle do risco de liquidez no Banco é realizado pela área de Riscos e pelo ALCO por meio de ferramentas como o Plano de Contingência de Risco de Liquidez, o RML (Reserva Mínima de Liquidez), o controle de esgotamento do caixa, a avaliação diária das operações com prazo inferior a 90 dias e a aplicação de cenários de stress nas condições de liquidez do Banco.

e. Risco Cambial

O Banco está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, majoritariamente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre, principalmente, de operações futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, se o Real tivesse variado em 10% em relação ao Dólar, Euro ou ao Iene, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro líquido do exercício não apresentaria nenhuma variação significativa em Reais, em decorrência da exposição líquida não significativa.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldo em 31/12/2025
Disponibilidades	1.591
Depósitos bancários	3
Reservas livres	1.034
Disponibilidades em moedas estrangeiras	554
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 8d)	15.385
Aplicações em moedas estrangeiras	15.385
Total	16.976

8. Ativos financeiros

a. Resumo por classificação

	Saldo em 31/12/2025	
	Valor de custo	Valor de mercado/contábil
Valor justo por meio do resultado	12.132.882	11.731.714
- Títulos públicos	11.286.857	10.896.326
- Títulos privados	184.968	174.348
- Cotas de fundo de investimento	661.057	661.040
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	3.406.367	3.372.332
- Títulos privados	1.470.061	1.449.048
- Cotas de fundo de investimento	1.936.306	1.923.284
Custo amortizado	15.385	15.385
- Títulos privados	15.385	15.385

b. Valor justo por meio do resultado

	Saldo em 31/12/2025	
	Valor de custo	Valor de mercado/contábil
Carteira própria	2.336.745	2.328.051
- Títulos públicos (1)	1.664.857	1.656.273
- Nota do Tesouro Nacional – NTN-B	600.794	588.486
- Nota do Tesouro Nacional – NTN-F	216.944	218.730
- Letra do Tesouro Nacional – LTN	847.119	849.057
- Títulos privados	10.831	10.738
- Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	10.801	10.708
- Certificado de Recebíveis do Agronegócio (4)	30	30
- Cotas de Fundos de Investimento	661.057	661.040
Vinculados a operações compromissadas	9.752.873	9.361.291
- Títulos públicos (1)	9.578.736	9.197.681
- Nota do Tesouro Nacional – NTN-B	8.006.642	7.613.241
- Nota do Tesouro Nacional – NTN-F	1.367.148	1.380.355
- Letra do Tesouro Nacional – LTN	204.946	204.085
- Títulos privados	174.137	163.610
- Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	16.037	15.807
- Certificados de Recebíveis do Agronegócio (4)	64.140	60.971
- Debêntures (3)	93.960	86.832
Vinculados a prestação de garantias	43.264	42.372
- Títulos públicos (1)	43.264	42.372
- Nota do Tesouro Nacional – NTN-B	43.264	42.372
Total	12.132.882	11.731.714

c. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

	Saldo em 31/12/2025	
	Valor de custo	Valor de mercado/contábil
Carteira própria	2.718.966	2.688.718
- Títulos Privados	782.660	765.434
- Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	427.460	412.254
- Certificados de Recebíveis do Agronegócio (4)	3.528	3.510
- Debêntures (3)	172.513	171.020
- Nota Comercial (5)	179.159	178.650
- Cotas de Fundos de Investimento	1.936.306	1.923.284
Vinculados a operações compromissadas	687.401	683.614
- Títulos Privados	687.401	683.614
- Certificados de Recebíveis Imobiliários (2)	492.895	491.028
- Certificados de Recebíveis do Agronegócio (4)	38.051	37.261
- Debêntures (3)	156.455	155.325
Total	3.406.367	3.372.332

d. Custo amortizado

	Saldo em 31/12/2025	
	Valor de custo	Valor de mercado/contábil
- Aplicações em moeda estrangeira	15.385	15.385
Total	15.385	15.385

(1) Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (“SELIC”) do Banco Central do Brasil, cujo valor de mercado foi calculado através dos preços divulgados pela ANBIMA.

(2) Os Certificados de Recebíveis Imobiliários estão registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (“B3 SA”), cuja valorização é efetuada por IPCA ou CDI + taxa de juros prefixadas.

(3) As debêntures estão registradas na B3 S.A., sendo remuneradas a 100% do IPCA + cupom de juros.

(4) Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio estão custodiados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos da B3 S.A., cuja valorização é efetuada por IPCA ou CDI + taxa de juros prefixadas.

(5) As Notas Comerciais estão registradas em câmaras de liquidação e custódia autorizadas a funcionar pelo Bacen, e são remuneradas de acordo com a variação do DI + taxa de juros prefixadas.

9. Instrumentos financeiros derivativos

a. Composição

	Saldo em 31/12/2025	
	Ativo	Passivo
	Valor a receber	Valor nominal
Swap	863.114	12.519.789
- IPCA x CDI	69.200	754.205
- IPCA x Pré	176	32.950
- CDI x Dólar	7.157	201.600
- CDI x IPCA	702.126	6.299.068
- CDI x Pré	71.345	2.601.643
- CDI x CDI	956	1.031.819
- Pré x CDI	10.655	1.158.766
- Pré x IPCA	1.499	439.738
NDF	32.552	942.256
Termo de moeda	15.629	640.728
- Dólar x Pré	1.485	78.040
- Pré x Dólar	10.460	451.469
- Pré x Iene	3.684	111.219
Termo de commodities	16.923	301.528
- Commodities	16.923	301.528
Opções	105.234	181.927
- Compra de opções de compra	105.234	181.927
- Venda de opções de venda	–	–
Futuros	5	80.856
Posição comprada	5	80.856
- DAP	5	80.856
Câmbio	–	–
- Compra de moeda estrangeira	–	–
Total	1.000.905	13.724.828

As garantias dadas nas operações de instrumentos financeiros derivativos junto à B3 S.A., são representadas por títulos públicos federais e totalizam R\$ 37.232 em 31 de dezembro de 2025, registradas como vinculados à prestação de garantias.

b. Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado

	Saldo em 31/12/2025	
	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados
Ativo		
- Swap	335.831	530.908
- NDF	30.114	2.529
- Opções	97.881	7.819
- Futuros	5	–
Total	463.831	541.256
Passivo		
- Swap	(472.591)	163.546
- NDF	(45.592)	(725)
- Opções	(2.783)	825
- Futuro	(17)	–
- Câmbio	(1.592)	(1.153)
Total	(522.575)	162.493

c. Composição por vencimentos

	Saldo em 31/12/2025	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses
Ativo		
- Swap	30.256	92.274
- NDF	13.982	5.674
- Opções	2.835	35.441
- Futuros	–	5
Total	47.073	133.394
Passivo		
- Swap	(605)	(3.074)
- NDF	(17.349)	(17.237)
- Opções	(1.780)	(178)
- Futuros	–	(17)
- Câmbio	(2.745)	–
Total	(22.479)	(20.489)

continua ...



BR PARTNERS

BR Partners Banco de Investimento S.A.

CNPJ/MF nº 13.220.493/0001-17

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Despesas tributária			
	2º Semestre de 2025	Saldo em 31/12/2025	
Tributos federais	7.214	15.976	
Tributos municipais	1.284	3.861	
Taxas e outros	47	92	
Total	8.545	19.929	
e. Outras receitas operacionais			
	2º Semestre de 2025	Saldo em 31/12/2025	
Variação cambial	18.432	25.709	
Recuperação de despesas (1)	1.690	3.345	
Rendas de aplicação no exterior	138	291	
Outras	1.223	2.589	
Total	21.483	31.934	
(1) Recuperação de despesas relacionadas a Cost Sharing Agreement com empresas do Grupo BR Partners.			
f. Outras despesas operacionais			
	2º Semestre de 2025	Saldo em 31/12/2025	
Variação cambial	5.810	10.830	
Despesa de provisão passiva – contingência	57	127	
Outras	19	91	
Total	5.886	11.048	
g. Participações estatutárias no lucro			
O Banco reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelados e homologados em seus sindicatos.			
As premissas gerais do programa consistem basicamente no resultado do Banco e avaliações individuais de competências de seus colaboradores. O montante registrado para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 1.109 e R\$ 1.502, respectivamente.			
O funcionário dispensado sem justa causa tem direito a extensão da assistência médica conforme cláusula prevista na convenção coletiva de trabalho do Sindicato dos Bancários.			
h. Passivos contingentes			
Provisões tributárias			
No âmbito tributário não existem processos cujo risco seja provável ou possível no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.			
Provisões cíveis			
No âmbito cível não existem processos cujo risco seja provável ou possível no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.			
Provisões trabalhistas			
Em 31 de dezembro de 2025 as ações trabalhistas classificadas pela Administração e pelos nossos assessores jurídicos como perda provável estão registrados sob o montante de R\$ 556 em 31 de dezembro de 2025. Não existem processos trabalhistas classificados como perda possível para a data.			
i. Resultados não recorrentes			
	2º semestre de 2025	Saldo em 31/12/2025	
Rendas de sublocação de imóvel	337	648	
Resultado na baixa de ativo imobilizado	–	(10)	
Outros	(317)	(317)	
Total	20	321	
j. Garantias financeiras prestadas			
Os Avais e Fianças prestados são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desemboramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros. As operações de Avais e Fianças prestadas honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente, conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda. São concedidos créditos por meio de Avais e Fianças conforme quadro a seguir.			
		Saldo em 31/12/2025	
Fianças bancárias prestadas		158.899	
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(197)	
Total		158.702	
19. Instrumento financeiro – Valor justo			
i. Classificação contábil e valores justos			
A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2025:			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3 Saldo em 31/12/2025
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado			
- Títulos públicos	10.896.326	–	– 10.896.326
- Títulos privados	–	174.348	– 174.348
- Cotas de fundos de investimento	78.749	582.291	– 661.040
- Instrumentos financeiros derivativos	5	895.666	105.234 1.000.905
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
- Títulos privados	–	1.449.048	– 1.449.048
- Cotas de fundos de investimentos	259.072	1.664.212	– 1.923.284
Total do ativo a valor justo	11.234.152	4.765.565	105.234 16.104.951
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado			
- Obrigações por empréstimos de ações	33.281	–	– 33.281
- Instrumentos financeiros derivativos	17	358.107	1.958 360.082
Total do passivo a valor justo	33.298	358.107	1.958 393.363

ii. Técnicas de avaliação e premissas não observáveis

- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo – Nível 2

Tipo	Técnica de avaliação
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado (títulos públicos e privados) (1)	Títulos privados: A metodologia utilizada para o cálculo de valor justo dos títulos privados consiste em capturar as taxas dos respectivos indexadores (Pré, CDI, IPCA, IGPM, etc.), calcula-se então os juros e o valor futuro das operações multiplicando pelo principal, e após capturar suas respectivas curvas, obtém-se então o <i>MIM</i> trazendo a valor presente pela respectiva curva no vencimento do título.

Modelos de *Swap*: O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de *Swap*, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflete a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar *Swap* de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflete o risco de crédito do Banco e da contraparte, calculado com base nos *spreads* de crédito derivados de *Credit Default Swaps* ou preços atuais de títulos negociados

Swap de fluxo de caixa: o valor justo (*MIM*) corresponderá ao somatório dos *MIMs* de cada fluxo (conforme metodologia descrita acima), onde a data de início e de vencimento dos fluxos serão aplicadas em substituição a data inicial e de vencimento da operação, e também, o saldo remanescente em substituição ao principal.

NDF: O produto NDF (*Non Deliverable Forward*), ou mesmo Contrato a Termo, é um contrato de balcão de compra e venda futura de um ativo objeto, por paridade negociada entre as partes. Por ser um contrato de balcão, o tamanho do contrato, bem como a data de vencimento são livremente pactuados entre os participantes. Ademais, a liquidação se dá exclusivamente por diferença (liquidação financeira) entre o preço de mercado na data de vencimento do contrato (ou outras datas, no caso de asiático) e o preço acordado (no caso de posição comprada para posição vendida, é o oposto), não havendo, desta forma, a entrega física do ativo objeto.

O valor justo de uma NDF é obtido estimando um valor futuro com base no preço atual do ativo objeto, levado até o vencimento pelas respectivas curvas construídas a partir de fontes similares e que refletem as taxas de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado e trazidas a valor presente pela respectiva curva de mercado.

(1) *Inputs* significativos não observáveis e relacionamento entre os *inputs* significativos não observáveis e mensuração do valor justo não são aplicáveis.

- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo – Nível 3

Tipo	Técnica de avaliação
Instrumentos financeiros derivativos – Opções	O valor justo (preço) de uma opção, ou seja, o seu prêmio é dado pela possibilidade de exercício da mesma. De um modo mais específico, ele é dado pela possibilidade imediata de exercício ou pela possibilidade de ser exercida posteriormente. Assim, o apreçamento do prêmio consiste em dois tipos de valores, respectivamente: • Valor intrínseco: que só existe quando o valor do ativo no mercado à vista for superior ao preço de exercício (<i>strike price</i>) no caso de opção de compra e ao contrário para a opção de venda. Portanto, uma opção <i>in-the-money</i> possui valor intrínseco. • Valor temporal: é a diferença entre o prêmio e o valor intrínseco da opção. De modo que esse valor depende do preço do ativo objeto, tempo de vencimento da opção, da volatilidade esperada das cotações do ativo objeto, da taxa de juros e no caso da ação como ativo objeto, os dividendos esperados como demonstrado abaixo: Preço do ativo objeto: de acordo com a relação do preço do ativo objeto no mercado à vista com o preço de exercício da opção, as opções podem ser classificadas como: i. Opção <i>in-the-money</i> (dentro do dinheiro): preço do ativo objeto é superior ao preço de exercício da opção no caso da opção de compra e inferior no caso da opção de venda; ii. Opção <i>at-the-money</i> (no dinheiro): preço do ativo objeto é igual ao preço de exercício da opção para opção de compra e venda; iii. Opção <i>out-of-the-money</i> (fora do dinheiro): preço do ativo objeto é inferior ao preço de exercício da opção para opção de compra e superior para opção de venda. • Tempo: quanto maior o tempo para o vencimento da opção, maior é o valor do prêmio, pois maior será a probabilidade de exercício; • Volatilidade: quanto maior e mais frequentes as oscilações de preço, maior será a imprevisibilidade de exercício e, portanto, maior será o risco do lançador o que decorre em um prêmio maior também; • Taxa de Juros: representa o custo de oportunidade de adquirir o ativo objeto, de modo que quanto maior esse custo do dinheiro mais vantajoso se torna comprar a opção do que comprar diretamente o ativo objeto. No caso da opção de compra essa relação é inversa. • Dividendo: quanto maior é a expectativa do pagamento de dividendos maior será o benefício de adquirir a ação e, portanto, maior será o prêmio da opção. O valor temporal reduz-se gradualmente até atingir o valor zero na data de vencimento da opção.

iii. Conciliação dos valores justos de Nível 3

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação dos saldos iniciais e saldos finais dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 pelo valor justo:

	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2024	17.471	(2.405)
Prêmios pagos (recebidos)	97.881	(2.783)
Variação líquida no valor justo	(10.118)	3.230
Saldo em 31 de dezembro de 2025	105.234	(1.958)

iv. Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados como Nível 3

A análise de sensibilidade para instrumentos financeiros classificados como Nível 3 é essencial para compreender a incerteza associada às estimativas de valor justo. Esses instrumentos são mensurados em dados de mercado não observáveis, o que implica de forma significativa em um alto nível de julgamento e estimativa por parte da Administração.

Para performance das análises, nós consideramos as principais premissas que influencie o valor justo, como taxas de desconto, volatilidade, taxa média

Inputs significativos não observáveis

Os dados não observáveis significativos usados na mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (Opções) classificados como Nível 3 são:

- taxas de juros;
- dividendos;
- preço de ativo subjacente; e
- volatilidade

Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo

Variações significativas em quaisquer desses *inputs* isolados ou combinados podem resultar em alterações significativas no valor justo.

de captação interna e outros fatores específicos de instrumentos financeiros. Por exemplo, uma variação na taxa de desconto pode ter impacto substancial no valor justo, refletindo mudanças nas condições de mercado ou nas expectativas econômicas.

Adicionalmente, a volatilidade dos preços dos ativos subjacentes pode afetar diretamente a valorização dos instrumentos financeiros classificados como nível 3. Maior volatilidade pode aumentar a incerteza e, consequentemente, a faixa de variações possíveis no valor justo.

Outros fatores, como a mudança nas condições econômicas ou no ambiente regulatório, também podem influenciar as estimativas de valor justo. A administração monitora esses assuntos e ajusta a valorização de acordo com a necessidade para certificar-se que os valores foram reportados adequadamente refletindo as condições de mercado e riscos associados, bem como as inter-relações que existem entre essas variáveis e o valor justo dos instrumentos financeiros.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, não houve mudanças no método de mensuração dos ativos e passivos financeiros que implicassem na reclassificação de ativos e passivos entre diferentes níveis de hierarquia de valor justo.

CONTADOR

Hideo Antonio Kawassaki – CRC 1SP184007/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do

BR Partners Banco de Investimento S.A. – São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais do BR Partners Banco de Investimento S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais do BR Partners Banco de Investimento S.A. (“Banco”), em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras individuais de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase: Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras individuais que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras individuais referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras indi-

viduais e o relatório dos auditores: A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais:

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam

influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda. – CRC 2SP 014.428/O-6
Marco Antonio Pontieri – Contador CRC 1SP 153.569/O-0